

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**REQUERIMENTO DE MOÇÃO DE REPÚDIO N , DE 2025.**

**(Sr. Luciano Zucco e outros)**

Requer-se a presente Moção de Repúdio contra a decisão do Governo Federal de zerar as alíquotas de importação de diversos produtos alimentícios, medida que prejudica toda a cadeia produtiva brasileira, configura intervenção econômica irresponsável do governo federal no mercado e busca mascarar a falta de responsabilidade fiscal do governo, sem efetivamente combater a inflação.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência que seja registrada nos anais desta Casa e encaminhada à Presidência da República a presente MOÇÃO DE REPÚDIO contra a decisão do Governo Federal de zerar as alíquotas de importação de diversos produtos alimentícios, conforme anunciado recentemente.

**JUSTIFICATIVA**

A decisão do Governo Federal de reduzir a zero as alíquotas de importação de dez produtos alimentícios configura uma medida inócua, com zero impacto no controle inflacionário de alimentos e traz graves prejuízos aos produtores rurais brasileiros. Ao analisar o cenário de baixa popularidade do Presidente da República, percebe-se, na verdade, uma cortina de fumaça para esconder a falta de austeridade econômica, sem ajuste fiscal e redução dos gastos públicos, ambos responsáveis pela desconfiança do mercado financeiro e pela alta taxa de juros.

A inflação dos alimentos no Brasil não se deve à falta de oferta ou a problemas de competitividade, mas sim à política econômica equivocada do governo, que insiste em ampliar gastos públicos sem controle, aumentando a dívida pública e desvalorizando a moeda. O governo federal opta por mais uma intervenção econômica no mercado, interferindo no equilíbrio natural de preços de acordo com demanda e oferta, sem garantir maior incentivo para a produção nacional na redução do custo de produção, sem ouvir toda a cadeia produtiva, encurralando o produtor rural e o consumidor.

O agronegócio brasileiro é responsável por 22% do Produto Interno Bruto (PIB). O setor agropecuário, tradicionalmente um dos pilares da economia brasileira, enfrentou desafios em 2024. Até o segundo trimestre, o PIB do agronegócio acumulava uma queda de 3,5%, refletindo custos elevados e condições de mercado adversas. Apesar disso, o agronegócio manteve sua relevância, empregando um número recorde de 28,6 milhões de pessoas no primeiro trimestre de 2024, representando 26,85% do total de ocupações no país.



Para 2025, economistas preveem uma desaceleração do crescimento do PIB para 2%, enquanto o governo projeta 2,3%. Essa expectativa é influenciada por medidas agressivas de controle da inflação, que encerrou 2024 em 4,8%, acima da meta estabelecida. Desde setembro, o Banco Central elevou as taxas de juros em 275 pontos-base, atingindo 13,25%, com uma alta adicional de 100 pontos-base prevista, visando conter a inflação por meio do controle do consumo e da demanda.

Os produtores rurais continuam sujeitos a uma elevada carga tributária, com custo de produção dolarizado e a um ambiente regulatório hostil, enquanto os produtos importados passam a concorrer com isenções de imposto, reduzindo a competitividade do setor no cenário global. Essa estratégia enfraquece a economia nacional, reduz a geração de empregos e aumenta a dependência do Brasil de fornecedores externos.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) já se manifestou publicamente contra essa medida, publicando nota de repúdio e condenando a decisão do governo, uma vez que ela não ajuda em nada o setor agropecuário brasileiro. A FPA corretamente aponta que, ao invés de criar incentivos para a produção nacional, o governo adota uma política que privilegia o mercado externo e prejudica a competitividade do agro brasileiro, setor fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país.

Do ponto de vista fiscal, a medida também se revela irresponsável. O próprio vice-presidente da República reconheceu que é difícil calcular o impacto orçamentário dessa decisão. Em um momento de crescente endividamento público, renunciar a receitas sem um planejamento claro só agrava o cenário de incerteza econômica. Em vez de buscar soluções estruturais para a inflação e o crescimento econômico, o governo opta por políticas imediatistas, que podem gerar um efeito contrário no médio e longo prazo, resultando em maior desvalorização da moeda e aumento da inflação.

Sob a ótica do liberalismo econômico, políticas intervencionistas como essa distorcem o mercado, afastam investimentos e comprometem o crescimento sustentável do país. A experiência internacional já demonstrou que o controle de preços via subsídios ou isenções artificiais não gera benefícios duradouros e, muitas vezes, resulta no desabastecimento ou na criação de monopólios artificiais.

Diante disso, manifestamos nosso repúdio à decisão do Governo Federal, que, ao invés de adotar medidas responsáveis para combater a inflação, aposta em ações populistas que colocam em risco a competitividade do agronegócio e a estabilidade econômica do país. É fundamental que o governo priorize políticas que estimulem a produção interna, reduzam a burocracia e os custos tributários para os produtores nacionais, ao invés de criar distorções no mercado e comprometer a arrecadação pública.

Requer-se, portanto, que esta Casa registre sua posição contrária a essa medida e encaminhe esta Moção de Repúdio à Presidência da República, ao Ministério da Fazenda, bem como ao Ministério da Agricultura e Pecuária, com o propósito de reverem suas ações.

Sala das Sessões, em de março de 2025.

**Luciano Zucco (PL/RS)**



## Líder da Oposição na Câmara dos Deputados

Apresentação: 10/03/2025 17:10:35.520 - Mesa

REQ n.743/2025



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254375471600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zucco e outros





## Requerimento de Moção (Do Sr. Zucco)

Requer-se a presente Moção de Repúdio contra a decisão do Governo Federal de zerar as alíquotas de importação de diversos produtos alimentícios, medida que prejudica toda a cadeia produtiva brasileira, configura intervenção econômica irresponsável do governo federal no mercado e busca mascarar a falta de responsabilidade fiscal do governo, sem efetivamente combater a inflação.

Assinaram eletronicamente o documento CD254375471600, nesta ordem:

- 1 Dep. Zucco (PL/RS)
- 2 Dep. Coronel Assis (UNIÃO/MT)
- 3 Dep. Zé Trovão (PL/SC)
- 4 Dep. Junio Amaral (PL/MG)
- 5 Dep. Sargento Fahur (PSD/PR)
- 6 Dep. Coronel Chrisóstomo (PL/RO)
- 7 Dep. Gustavo Gayer (PL/GO)
- 8 Dep. Osmar Terra (MDB/RS)
- 9 Dep. Capitão Alden (PL/BA)
- 10 Dep. Silvia Waiãpi (PL/AP)
- 11 Dep. Delegado Ramagem (PL/RJ)
- 12 Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)
- 13 Dep. Delegado Caveira (PL/PA)
- 14 Dep. Carlos Jordy (PL/RJ)
- 15 Dep. Evair Vieira de Melo (PP/ES)
- 16 Dep. Pezenti (MDB/SC)
- 17 Dep. Rodolfo Nogueira (PL/MS)



- 18 Dep. Cabo Gilberto Silva (PL/PB)
- 19 Dep. Rosangela Moro (UNIÃO/SP)
- 20 Dep. Mario Frias (PL/SP)
- 21 Dep. Daniel Agrobom (PL/GO)
- 22 Dep. Bia Kicis (PL/DF)
- 23 Dep. Mauricio do Vôlei (PL/MG)
- 24 Dep. Messias Donato (REPUBLIC/ES)
- 25 Dep. Sanderson (PL/RS)
- 26 Dep. Julia Zanatta (PL/SC)

